



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 2.154, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, propõe a prorrogação dos mecanismos de fomento à atividade audiovisual de que trata o art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993 (Lei do Audiovisual). Aquele diploma legal dispunha inicialmente que, até o exercício fiscal de 2003, inclusive, os contribuintes poderiam deduzir do Imposto de Renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente. A abrangência das obras passíveis de receber incentivos, por sua vez, estão descritas na Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992 (art. 2º, incisos II e III, e art. 3º, incisos I e II). Esse prazo inicial foi estendido até 2006, por determinação do art. 50 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. Essa alteração, simultaneamente, passou a determinar que os projetos a serem beneficiados por tais incentivos passassem a ter aprovação prévia da Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

Conforme determina a Lei do Audiovisual, a dedução nos tributos se dá mediante algumas condições: a primeira delas seria a aquisição de quotas representa-

tivas de direitos de comercialização sobre as referidas obras; a segunda, simultânea, determina que tais investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei, autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários; e a terceira, de que os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

Com a proposição apresentada pelo Senador Sérgio Cabral, esse prazo fica prorrogado até o exercício fiscal de 2016, inclusive.

Em sua justificação, o autor alega que a iminente perda de eficácia da dispositivo acarretará danos irreversíveis à produção filmica brasileira, uma vez que tais mecanismos de fomento tem contribuído para o restabelecimento e funcionamento da cinematografia brasileira.

II – Análise

Inicialmente, caberia à Comissão de Educação indagar sobre a efetividade desse mecanismo nos anos em que tem funcionado e, a seguir, sobre a necessidade ou não de prorrogá-lo.

Sob esse ponto de vista, não restam dúvidas de que a dedução de impostos concedida a quem investe na produção cinematográfica tem-se revelado bastante benéfica. Trata-se de uma feliz convergência de interesses do Estado, dos investidores e dos produtores cinematográficos. Em seu papel de incentivador da cultura e da indústria nacional, a União abre mão de parte dos impostos que arrecadaria; por seu turno, o investidor ganha, além do desconto, a vantagem de passar a ter sua imagem difundida junto com um produto nacional de qualidade; e os realizadores, por

sua vez, adquirem os tão necessários recursos para suas produções.

Como argumenta o autor da proposição, é notório o vigor que vem ganhando o cinema brasileiro nos últimos anos, em contraste com décadas de idas e vindas da produção e presença de nosso cinema nas telas nacionais e internacionais. Esse crescimento se deu, principalmente, devido ao aumento da captação de investimentos proporcionada pelos incentivos fiscais.

Mas, mesmo assim, esse mecanismo de fomento ainda não possibilitou que o mercado ganhasse a autonomia almejada, ou seja, os realizadores ainda carecem de recursos incentivados para financiar as películas de natureza independente, como definido em lei.

Por outro lado, diante da iminente perda da eficácia desse mecanismo, já começa a oscilar o ânimo dos investidores e, com isso, decresce o volume de recursos captados. Assim sendo, revela-se bastante oportuna a proposição, ao buscar garantir a renovação desses incentivos por mais dez anos.

Digno de aprovação, por seu mérito, a proposição reclama, entretanto, um ajuste que pode ser feito por meio de emenda de redação, que oferecemos abaixo.

III – Voto

Em razão do exposto, e por sua natureza constitucional, jurídica, somos pela aprovação do PLS nº 361, de 2005, nos termos da emenda de redação:

EMENDA CE – 1

O art. 1º do PLS nº 361, de 2005, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica prorrogado até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo para a dedução de que trata o art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, e o art. 50 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, devendo os projetos a serem beneficiados por esse incentivo ser previamente aprovados pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE).”

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 361/05 NA REUNIÃO DE 22/11/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: EVENTUAL:

SEN. SÉRGIO ZAMBIASI

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
RELATOR:	5- MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	6- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	7- ROMERO JUCÁ
NEY SUASSUNA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
	PDT
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 361 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						GILBERTO GOELLNER		X			
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES						CRISTOVAM BUARQUE		X			
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL		X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA					
TEOTÔNIO VILELA FILHO						EDUARDO AZEREDO		X			
GERALDO MESQUITA		X				SÉRGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN		X				LÚCIA VÂNIA					
REGINALDO DUARTE		X				JUVÊNCIO DA FONSECA					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X				AMIR LANDO					
ÍRIS DE ARAÚJO		X				GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP		X				VAGO					
GERSON CAMATA		X				VAGO					
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA		X			
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						VAGO					
PAULO PAIM						ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE						FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS						DELÍCIO AMARAL		X			
IDELI SALVATI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO		X				MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRICIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIASI						JOÃO RIBEIRO		X			
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO					

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: E1

SALA DAS REUNIÕES, EM 22 / 11 / 2005

SENADOR
Presidente Eventual da CE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 361 / 05,

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY					
JORGE BORNHAUSEN						GILBERTO GOELLNER		X			
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES					
MARIA DO CARMO ALVES						CRISTOVAM BUARQUE		X			
EDISON LOBÃO						MARCO MACIEL		X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA					
TEOTÔNIO VILELA FILHO						EDUARDO AZEREDO		X			
GERALDO MESQUITA		X				SERGIO GUERRA					
LEONEL PAVAN		X				LÚCIA VÂNIA					
REGINALDO DUARTE		X				JUVÊNCIO DA FONSECA					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X				AMIR LANDO					
IRIS DE ARAÚJO		X				GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP		X				VAGO					
GERSON CAMATA		X				VAGO					
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA		X			
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO					
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS						VAGO					
PAULO PAIM						ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE						FERNANDO BEZERRA					
FLÁVIO ARNS						DELÍCIO AMARAL		X			
IDELI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO		X				MAGNO MALTA					
MOZARILDO CAVALCANTI						PATRICIA SABOYA GOMES					
SÉRGIO ZAMBIASI						JOÃO RIBEIRO		X			
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO					

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 22 / 11 / 2005

SENADOR
Presidente Eventual da CE



TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2005

Prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo para a dedução de que trata o art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, e o art. 50 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, devendo os projetos a serem beneficiados por esse incentivo ser previamente aprovados pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 22 de novembro de 2005.

_ Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual – Senador **Gerson Camata**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....
LEI Nº 8.401, DE 8 DE JANEIRO DE 1992

Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001

Mensagem de Veto

Dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma postas em comércio.

.....
Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se que:

.....
II – obra audiovisual de produção independente é aquela cujo produtor majoritário não é vinculado, direta ou indiretamente, a empresas concessionárias de serviços de radiodifusão e cabodifusão de sons ou imagens em qualquer tipo de transmissão;

III – obra audiovisual cinematográfica ou obra cinematográfica é aquela cuja matriz original é uma película com emulsão fotossensível ou com emulsão magnética com definição equivalente ou superior a 1.200 linhas;

.....
Art. 3º Obra audiovisual brasileira é aquela que atende a um dos seguintes requisitos:

I – ser produzida por empresa brasileira de capital nacional, conforme definida no art. 171, II, da Constituição Federal;

II – ser realizada, em regime de co-produção, com empresas de outros países.

.....
Publicado no **Diário do Senado Federal** de 9 - 12 - 2005